

**A “NOSSA CIVILIZAÇÃO CÉLTICA”,
SEGUNDO VICENTE RISCO
Renato Epifânio**

Se houve alguém com um percurso particularmente sinuoso no universo galeguista do século XX, esse alguém foi, provavelmente mais do que qualquer outro, Vicente Risco, como aqui iremos, de forma breve, recordar.

Nascido a 1 de Outubro de 1884, em Ourense, onde foi amigo de infância de Ramón Otero Pedrayo, Vicente Risco veio a licenciar-se em Direito na Universidade de Santiago de Compostela, em 1906, tendo ainda estudado em Madrid, onde foi aluno de Ortega y Gasset.

Em 1917, fundou, com Arturo Nogueroles Buján, a revista *La Centuria*, uma das antecedentes mais evidentes da Revista *Nós*. Ainda em 1917, ingressa, pela mão de Antón Losada Diéguez, nas *Irmandades da Fala*. De forma dir-se-ia meteórica, Vicente Risco tornou-se, nos anos seguintes, na grande figura de referência do nacionalismo galego – em particular, com a publicação, em 1920, da obra *Teoría do nacionalismo galego*.

Paralelamente, porém, Vicente Risco apoia num primeiro momento a Ditadura de Primo de Rivera. Já na década de trinta, funda, com Ramón Otero Pedrayo, o Partido Nazonalista Republicán de Ourense. Em Outubro de 1931, é o primeiro subscritor de um manifesto galego pró-católico.

Nesse manifesto, antecipa-se em grande medida o seu gradual afastamento da Frente Republicana e a sua contrapolar aproximação ao franquismo. Como corolário simbólico desse percurso, em Agosto de 1936, Vicente Risco participa, como Director da Escola Normal de Ourense, na reposição solene da cruz católica nas escolas, organizada pelas autoridades franquistas. Entre a militância católica e a militância republicana galeguista, a primeira parece ter vencido nessa sua “guerra civil” interior.

Em 1938, Vicente Risco começa a colaborar no órgão franquista *La Región*, o que foi visto como mais uma “traição” por muitos dos seus ex-camaradas galeguistas, quase todos eles entretanto exilados. Ainda assim, manteve algumas amizades no universo galeguista: como as de Otero Pedrayo e Francisco Fernández del Riego. Por sua influência, Vicente Risco redige um estudo de etnografia para a *Historia de Galicia*, dirigida por Otero Pedrayo, a par de outros trabalhos.

Tendo-se jubilado em meados dos anos 50, Vicente Risco continuou a publicar trabalhos de etnografia na imprensa galega, paixão que, apesar de

todas as vicissitudes políticas, nunca abandonou, mesmo quando começou a usar mais regularmente o castelhano como a sua língua de escrita. Em 1961, publicou ainda a obra *Léria*, uma antologia de textos anteriores à guerra civil espanhola. Provavelmente mais do que qualquer outro, Vicente Risco terá lamentado a erupção dessa guerra. Se não fosse ela, o destino de Vicente Risco teria sido, decerto, muito diferente. Ousamos supor que terá pensado isso mesmo, ao falecer, a 30 de Abril de 1963, na sua cidade natal.

*

Obra de evidente cariz sistemático e doutrinário, a *Teoria do nacionalismo galego*, publicada em 1920, começa por dissertar sobre o “nacionalismo galego”, que, segundo Vicente Risco, deve ser entendido como “a doutrina que enforma o movimento de reivindicação da personalidade da Galiza frente à sorção [no original está: ‘sorbencia’] do centralismo espanhol”, sendo que Vicente Risco equipara expressamente o nacionalismo galego, ou “galeguismo”, ao nacionalismo basco e ao nacionalismo catalão, ainda que ressalve: “O nosso nacionalismo, para ser algo, tem que ser um galeguismo, e não um *euskarismo* ou um *catalanismo* traduzidos na nossa fala” (p. 3).

Salvaguardando que, na sua visão, o nacionalismo galego não é, ou não deve ser, “separatista”, Vicente Risco descreve depois o processo de “desgalização” da Galiza: como “perda das nossas tradições, dos nossos costumes, da nossa fala, da nossa liberdade”, “cheia de vergonha de si mesma (p. 5). Face a isso, expressamente propõe-se “trabalhar na reconstituição espiritual, social e económica da Galiza” (p. 6) – e saliente-se aqui a hierarquia, decerto não arbitraria: primeiro o plano espiritual, depois o plano social (ou político) e económico. Daí acrescentar que “precisamos de autonomia nas três ordens”.

Por “reconstituição espiritual” deve entender-se, nas palavras do próprio Vicente Risco, “a criação e conservação da civilização galega na Fala, na Arte e nos Costumes”; por “reconstituição política”, a “autonomia integral” e o “acomodamento do Direito às leis, às necessidades e aos costumes jurídicos da Galiza”; por “reconstituição económica”, “o levar a nossa terra à máxima produção” e a uma “justa e equitativa distribuição da riqueza”, o que só acontecerá quando todos os galegos tiverem – citamos do original – “pan, vestido, casa y-aforros” (pp. 6-7). Eis, em suma, o horizonte de pensamento – e, não menos importante, de acção – que Vicente Risco propõe a todos os galegos nesta sua obra. Na visão de Vicente Risco, o pensamento leva necessariamente à acção.

Depois, no segundo capítulo da obra, Vicente Risco oferece-nos uma panorâmica das “lutas nacionalistas” do seu tempo (pp. 7-8), dissertando ainda sobre os fenómenos do “federalismo” (pp. 8-9), do “centralismo” (pp. 9-11), centrando-se depois no “nacionalismo em Espanha” (pp. 11-13) e na “ineficácia do Estado espanhol” (p. 13-14). Tudo isto para, de novo, fazer a apologia do “nacionalismo na Galiza”, a partir de uma reconstituição das suas raízes históricas (pp. 14-16). Apesar dessas raízes históricas, faltava, na visão de Vicente Risco, uma “doutrina integral do nacionalismo”. Daí toda a importância histórica das “Irmandades da Fala”, como expressamente refere (p. 16), desde logo, como é sabido, na reabilitação do galego como língua principal da Galiza.

Disserta depois, Vicente Risco, sobre “a nacionalidade galega”, abordando os seguintes tópicos: “o que é uma nação” (pp. 16-18); “o chão galego” (p. 18); “a gente galega” (pp. 18-19); “a fala galega” (pp. 19-20); “a sociedade galega” (pp. 20-22); “a mentalidade galega” (p. 22); “o sentimento galego” (p. 23); “os interesses e os problemas da Galiza” (pp. 23-25). No capítulo seguinte, “A ética do nacionalismo galego”, fala-nos dos “direitos da Galiza como região espanhola” (p. 26), dos “direitos da Galiza como nação” (p. 27-28), do “dever da Galiza como nação” (pp. 28-29) e da “vontade nacionalista” (pp. 29-30). O capítulo seguinte, “A teleologia do nacionalismo galego”, será porventura o mais original. Nele, após falar sobre “a crise do europeísmo” (pp. 30-31), faz a apologia do “atlantismo” (pp. 31-32), que contrapõe à “civilização mediterrânica”, estabelecendo ainda uma ponte com as “nações célticas” (pp. 32), distinguindo, nessa esteira, “três civilizações” (pp. 32-33).

Assim, segundo o próprio Vicente Risco, temos a “civilização mediterrânica”, como a “civilização da Inteligência”; a oriental e a norte-americana, como a “civilização da Vontade”; finalmente, “a de Portugal e da Galiza é a civilização da Memória...Morrinha e Saudade”. A esse respeito, convoca expressamente o nome de Leonardo Coimbra, considerando, porém, “o saudosismo e o criacionismo português ainda lírico demais”, e acrescentando: “A missão histórica da Galiza e de Portugal é de opor ao mediterraneanismo, o atlantismo, fórmula da Era futura” (p. 33). A esse respeito, disserta ainda sobre o “símbolo da Atlântida” (pp. 33-34), alegado “símbolo da nossa civilização céltica” (p. 34). Por fim, no capítulo sobre “A pragmática do nacionalismo galego”, fala-nos sobre “As Irmandades da Fala” (pp. 34-35), “O programa de Lugo” (pp. 35-40) e as “Conclusões aprovadas em Santiago” (pp. 40-44).

Um século depois, obviamente, muitas destas “Conclusões” estão irreversivelmente datadas, tal como acontece com a sua obra-irmã portuguesa

– falamos, claro está, da *Arte de ser português* (1915), de Teixeira de Pascoaes, de quem Vicente Risco foi muito próximo. Na correspondência entre ambos recentemente editada (*Teixeira de Pascoaes, Vicente Risco: Epistolário*, Allariz, Fundação Vicente Risco, 2012), podemos ler expressões como estas: “Meu querido Confrade” (20/2/20), “Meu querido amigo” (10/3/20), “Meu querido amigo e confrade” (20/3/20), “Meu muito estimado confrade” (12/5/20), “Meu querido confrade e amigo, irmão na saudade e na esperança” (21/5/20), “Meu muito querido camarada” (12/11/20), “Meu querido camarada” (12/12/20), “Meu querido irmão” (10/7/21); “Querido irmão” (21/8/21), “Queridíssimo irmão” (18/3/26)”. Algo porém de inteiramente actual nas duas obras se mantém – desde logo, a prevalência da acção no plano espiritual sobre os planos político, social e económico. Um século depois, importa, cada vez mais, ter isso em conta.